

Economia popular solidária: no processo de reestruturação produtiva brasileira*

Caroline Goerck**

Resumo – No final do século XX e no limiar do século XXI, está ocorrendo um acentuado processo de transformações, relacionadas ao mundo do trabalho. As transformações nos processos produtivos, caracterizadas pela automação, robótica e eletrônica, vêm gerando uma substituição dos trabalhadores menos qualificados, pelo capital. A atualidade vem exigindo a criação de alternativas de geração de trabalho e renda, como fonte de subsistência, para sujeitos excluídos ou que estão à margem do mercado de trabalho. A Economia Popular Solidária surge no Brasil, nas últimas décadas do século XX, como uma alternativa ao desemprego. As experiências que constituem a Economia Popular Solidária se materializam através de cooperativas ou associações de trabalho. Os integrantes desses empreendimentos coletivos possuem a possibilidade de elaborar as suas próprias regras de normatização da produção e de gestão dos processos de trabalho. Faz-se necessário, para o desenvolvimento desses empreendimentos, o incentivo do poder público, tanto financeiramente, como em termos de acompanhamento profissional. Nesse sentido, a inclusão de trabalhadores em experiências associativistas e cooperativistas possibilitam aos sujeitos um aumento da suas rendas familiares, assim como, uma possível superação de um estágio de marginalização social.

Palavras-chave – Reestruturação produtiva. Economia popular solidária. Política pública.

Abstract: At the end of the twentieth century and at the beginning of the twenty-first, Sharp process of transformation is occurring, related to the labor's world. The changes in the productive processes, characterized by the automation, robotic and electronic, is generating a substitution of the workers – less qualified, by the capital. Update reality is demanding the creation of alternatives of generation of works and income as source of subsistence, for subjects excluded or who are by the margin of the labor market. The Soliday Popular Economy arrises in Brazil in the last decades of the twentieth century as an a alternative of unemployment. Cooperatives or labor's associations are a good alternative for the updated world. The members of this collective processes are able to set their own rules of the labor and productive worlks. The role of the public power is very important in this processes. In this sence the inclusion of workers in associative and cooperative experiences take the subjects to an increase of their familiar incomes as well as a possible overaction of a social stage of marginalization.

Key-words – Productive reestruction. Solidary popular economy. Public politic.

* Este artigo é originado de um estudo de mestrado, realizado com a orientação da Professora Pós-Doutora Leônia Capaverde Bulla e com o apoio do CNPq e da CAPES, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na PUCRS.

** Assistente Social, mestranda, bolsista CAPES, integrante do Núcleo de Estudos em Demandas e Política Social - NEDEPS do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS e professora de Serviço Social na UNIJUÍ. Rua Ver. João Carlos Frantz, 47 - Avenida. CEP. 996815-340. Santa Cruz do Sul / RS; Fone 51 99082769; e-mail: carolinegoerck@yahoo.com.br.

Introdução

O trabalho desenvolvido pelos sujeitos objetiva a transformação da natureza em serviços e produtos que beneficiem a humanidade, através de seus valores de uso.¹ Assim, as questões referentes ao mundo do trabalho e seus processos produtivos exercem influência fundamental na forma de organização da sociedade, com suas respectivas relações sociais e econômicas. Os autores que trabalham com a temática referente à Economia Popular Solidária convergem em explicar o caráter alternativo das experiências populares de autogestão e cooperação econômica. Isso ocorre devido ao contraponto que essas experiências coletivas fazem às relações de produção capitalista, pois, representam a emergência de uma nova forma de organização e sistematização do trabalho.

Nesse início do século XXI, as classes que vivem do trabalho sofrem a sua mais aguda crise que atingiu sua subjetividade, sua materialidade e sua forma de ser (Antunes, 1995). A financeirização da economia, a reestruturação dos processos de trabalho e o avanço tecnológico criam uma superpopulação de trabalhadores sobrantes,² desnecessários ao processo de acumulação capitalista. Nesse sentido, pretende-se salientar a Economia Popular Solidária no Brasil, com sua respectiva política pública, diante do processo de reestruturação produtiva brasileira. Primeiramente, serão abordadas as transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho e suas implicações sociais e econômicas. Num segundo momento, será apresentada a Economia Popular Solidária como uma possibilidade aos trabalhadores, frente ao desemprego, e por último, as considerações finais.

1 As novas transformações no mundo do trabalho

O término do século XX e o limiar do século XXI são marcados por uma profunda transformação no mundo do trabalho e seus processos produtivos. “Foram tão intensas as

¹ Quando alguma “coisa”, através de suas propriedades físicas, possui utilidade para os sujeitos, pode-se dizer que essa “coisa” possui um valor de uso (Marx, 1988).

² Que não constituem mais o exército de reserva, referido por Marx, ou seja, trabalhadores “desqualificados” ou que mesmo estando “qualificados” ao sistema capitalista, são desnecessários (sobrantes), devido ao avanço da automação, da tecnologia e da robótica. Através da intensificação da mais-valia relativa, a máquina substitui cada vez mais a força de trabalho.

modificações nos processos de produção [...] que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século” (Antunes, 1995, p. 15).

A Terceira Revolução Industrial é alicerçada pela transição dos modelos de produção, Taylorista³ e Fordista⁴, ao Toyotismo, que é caracterizado por novas formas de produção, pela revolução microeletrônica, pelo surgimento de novos tipos de automação,⁵ robótica e mecanização, pelos novos protótipos de fornecimento, pela flexibilização dos processos de trabalho, pela criação de novos setores produtivos, pelo desenvolvimento do setor terciário (setor de serviços), pelo trabalho a domicílio (realizado em casa), sendo encomendado e/ou negociado com o consumidor, pelos novos mercados e padrões de consumo e, sobretudo, pelas taxas intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Antunes, 1995).

A reestruturação do capital acarreta mudanças quantitativas e qualitativas na vida dos trabalhadores, gerando inseguranças com relação ao mercado de trabalho, ao emprego, à renda, à contratação e à representação dos trabalhadores⁶ (Mattoso, 1995).

Essa transição do Taylorismo/Fordismo para o Toyotismo também é expressa pela passagem da máquina-ferramenta para o sistema de máquinas auto-reguladas, em que “a máquina se vigia e se regula a si mesma” (Ianni, 1999, p. 18). Com a Terceira Revolução Industrial, intensificam-se as mais-valias relativas,⁷ que são responsáveis por um grande aumento da

³“ O *Taylorismo*, ou *administração científica do trabalho*, surge como uma nova cultura do trabalho na passagem do século XIX para o século XX, nos Estados Unidos, nação que começava a despontar como potência mundial [...]” (Druck, 1999, p. 41). Para o enfrentamento do capital em relação à dependência da habilidade manual da força de trabalho, Taylor estabeleceu os seguintes princípios: dissociação dos processos produtivos das especialidades dos trabalhadores; separação do trabalho de concepção e de execução; utilização do conhecimento para controlar cada fase da produção e seu modo de execução (Harvey, 1999). Através da cisão entre o trabalho intelectual e o operacional, a gerência científica racionalizava a produção, estabelecendo rigidamente os modos e tempos de produção, bem como os rendimentos dos trabalhadores, colocando-os sobre uma estrutura hierárquica que os vigia e os fiscaliza, observando a produção (Druck, 1999).

⁴ No *Fordismo*, o controle dos tempos e dos movimentos era determinado pelo ritmo do funcionamento das maquinarias. Nesse modelo, eram as máquinas (esteiras) que levavam o trabalho até os operários, eliminando, assim, os tempos mortos de produção (Pires, 1998). Com esse protótipo, que desenvolveu a mecanização associada e parcialmente automatizada, o controle sobre o trabalho não precisava mais ser realizado diretamente pelo gerente, mas sim, pelos maquinários (Pires, 1998). O *Fordismo*, processo contínuo de produção que “articula a produção e o consumo” (Behring, 2002, p. 100), sempre dispondo de estoque mínimo às mercadorias, foi o modelo de produtividade que separou ríspidamente o trabalho de concepção e o de execução. Esse modelo ocasionou a “expansão das unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fábri!” (Antunes, 1995, p. 17).

⁵ A automação nesse estudo é entendida como a inovação tecnológica microeletrônica, em que ocorre a substituição do trabalho manual de execução.

⁶ Enfraquecimento dos sindicatos.

⁷ A mais-valia relativa é realizada a partir do uso intensivo de capital constante (maior investimento em compra de maquinarias, do que em contratação da força de trabalho), ocasionando uma redução nos custos de produção e no tempo socialmente necessário à fabricação de uma mercadoria, sem alterar a duração da jornada de trabalho,

produtividade nos processos de trabalho. Com a revolução tecnológica, “o homem deve exercer na automação, funções mais abstratas e intelectuais” (Ianni, 1999, p. 19), fazendo com que o mercado requisite constantemente um profissional mais qualificado e polivalente.⁸

Como uma das conseqüências dessa nova racionalização no mundo do trabalho, a tendência é que se reduza a diferença entre profissionais que eram tidos como mais qualificados (como por exemplo, os engenheiros) e os profissionais vistos como menos qualificados (técnicos e operários) (Ianni, 1999). Isso ocorre devido ao avançado nível de aperfeiçoamento tecnológico e robótico, onde a mão-de-obra desqualificada pode ser dispensada e substituída pela máquina.

Outras caracterizações das organizações dos processos produtivos podem ser representadas no *Toyotismo* pelos seguintes aspectos: *Just-In-Time*,⁹ produção das mercadorias em tempos e quantidade certa e exata; *Kanban*, sistema visual de informações sobre os vários estágios produtivos e de estoques (à medida que a mercadoria vai sendo adquirida pelos consumidores, a mesma será reposta na prateleira para ser consumida novamente, ou seja, não há mais estoque mínimo de mercadorias); *Qualidade Total*,¹⁰ envolvimento dos trabalhadores em equipe nos processos de trabalho etc. (Antunes, 2003).

Pode-se ressaltar que nesse modelo de produção há maior envolvimento e comprometimento dos trabalhadores na produção e relações de trabalho, fazendo com que os sujeitos realizem várias atividades produtivas. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores têm

gerando a intensificação da acumulação de capital (Marx, 1988). Nesse sentido, as maquinarias aumentam a produção, reduzindo a quantidade de trabalhadores contratados, suscitando o desemprego. O desemprego pode ser para os proprietários dos meios de produção uma vantagem, pois o mesmo cria a sua disposição, muita oferta de força de trabalho (Marx, 1988). Esse excesso de trabalhadores ao capital, permite aos capitalistas escolher a mão-de-obra, de acordo com as suas necessidades de produção. Portanto, pode-se estabelecer uma relação, mesmo que sob circunstâncias e momentos históricos, com acumulação de capital diferente, que tanto o progresso técnico desenvolvido na I e na II Revolução Industrial, como também, o desenvolvimento da automação, robótica e eletrônica (tecnologia), da III Revolução Industrial, reduziram (reduzem) a contratação de trabalhadores. Mas se faz necessário também, o esclarecimento de que o desemprego é permanente no capitalismo, sendo que o investimento na mais-valia relativa só acentua o mesmo (Salama, 1975). O objetivo dos proprietários dos meios de produção é a acumulação de capital, pois isso lhes permite competir com os demais capitalistas, mantendo-se no sistema e evitando a sua eliminação e/ou incorporação, a outro de maior porte. A lógica do capitalismo se sobrepõe ao processo técnico e/ou tecnológico, esses só complementam-no. O desemprego, longe de ser um fenômeno natural, é, na realidade, um fenômeno inerente ao sistema capitalista e das suas próprias contradições.

⁸ “Polivalente, aquele que é chamado a exercer várias funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, como conseqüência do enxugamento do quadro de pessoal das empresas” (Iamamoto, 2000, p. 32).

⁹ O *Just-In-Time* foi implantado primeiramente na década de 1970, pela empresa japonesa *Toyota*.

¹⁰ Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) visam à participação dos trabalhadores nos processos produtivos, bem como, o desenvolvimento de habilidades comunicacionais, tomadas de decisão e resolução de possíveis problemas por parte dos trabalhadores. O processo de Qualidade Total está relacionado com a melhoria da qualidade e de produtividade no trabalho, assim como a padronização das mercadorias e serviços fornecidos.

maior participação e conhecimento nas tarefas que realizam, devido à polivalência, os mesmos não possuem autonomia suficiente para fazer modificações ou alterações de grande porte, nos processos de produção. O *Toyotismo* é o modelo criado pelos capitalistas para aumentar a acumulação de riquezas, expropriando ainda mais aquele que produz através da mais-valia relativa e acentuando a centralização de capital.

Nessa lógica de produção, as grandes empresas se descentralizam tornando-se enxutas, reunindo em torno de si pequenas e médias empresas que fornecem produtos e serviços terceirizados. A terceirização consiste na compra de serviços ou transferência de atividades a outras empresas. “[...] a terceirização afeta os trabalhadores [...], pois a implantação de políticas de cunho neoliberal por parte do Estado acirra a desigualdade [...], determinando a redução da renda e a perda de direitos sociais já adquiridos pelos trabalhadores, além da escassez de postos de trabalho” (Neto, 2002, p. 56). A terceirização é uma das características da precarização das condições de trabalho.

Pode-se enfatizar também que, através do modelo *Toyotista*, ocorre uma retrocedência dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora, pois é constituído por elementos que agravam ainda mais as condições de trabalho, entre eles, à disseminação dos contratos de trabalho temporários ou em domicílios, a terceirização, a superexploração dos trabalhadores, o enfraquecimento do movimento sindical, a geração de desemprego e subempregos. O desemprego do final do século XX e início do XXI não é somente percebido pela ausência de atividades laborais e precariedade das relações assalariadas, mas também se transformou num fator explicativo de problemas e tendências da transformação econômica e social (Cattani, 1996).

A década de 90 do século XX deixou evidenciada a face dramática de uma reestruturação do capital (Antunes, 1995). Com os novos processos tecnológicos (mecanização, automação e robótica), o capital não gera mais uma significativa demanda de trabalho, a ponto de absorver a força disponível, pois as inovações tecnológicas intensificam a produção e racionalizam os processos produtivos. “A situação das pessoas é muito irregular; para alguns, trata-se de um período breve de adaptação e de transição para novos empregos. Para outros, é um longo e gradual processo de afastamento da esfera produtiva e de desqualificação social” (Cattani, 2000, p. 34). Os jovens e os sujeitos maiores de quarenta anos são os mais atingidos pela falta de postos de trabalho.

O toyotismo estrutura-se a partir do número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas-extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado; o ponto de partida básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas-extras (Antunes, 1995, p. 28).

Além das velhas formas estocadas de exclusão social nos países periféricos, designadas de “velha pobreza”, representada pelos pobres, miseráveis, mendigos, pedintes, indigentes, subnutridos e segmentos sociais subalternizados (idosos, deficientes, mulheres, negros, índios), com a Reestruturação Produtiva ou Terceira Revolução Industrial, surge tanto nos países centrais, como também nos periféricos, outra forma de exclusão social nomeada de “nova pobreza” (Reis, 2002). Essas novas exclusões sociais, que atingem tanto os países periféricos como os centrais, são originárias do desemprego estrutural e de suas manifestações, compreendidas como exclusão de bens e serviços, exclusão do mercado formal de trabalho, exclusão da terra, exclusão da segurança, exclusão dos direitos humanos (Reis, 2002).

Uma das manifestações da questão social,¹¹ a pobreza, é mundial. De acordo com o Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apresentado “em sua conferência anual de junho/2003, em Genebra, no mundo há cerca de três bilhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 2 por dia. Nos países em desenvolvimento, quase um quarto de toda a população sobrevive com menos US\$ 1 por dia” (Pinho, 2004, p. 9).

No Brasil, as conseqüências da Terceira Revolução Industrial não apresentam muitas diferenciações do cenário mundial. “Os trabalhadores do mercado informal, ou seja, sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas reconhecidos, que representavam cerca de 35% da força de trabalho, em curto espaço de tempo, ultrapassam a marca dos 50%” (Leboutte, 2003, p. 13).

Mas, é importante ser ressaltada a preocupação da sociedade contemporânea com a existência de modelos de desenvolvimento social que reduzam as desigualdades sociais.¹²

As diferentes regiões do globo estão agora mais estreitamente ligadas do que jamais estiveram, não só nos campos de troca, do comércio e das comunicações, mas também quanto a idéias e ideais interativos; entretanto, vivemos igualmente

¹¹ A questão social, atualmente, se refere, basicamente, a partir da produção e distribuição de riquezas, ou seja, das desigualdades sociais geradas pela má distribuição da renda entre os sujeitos (Castel, 1997). Essas manifestações podem ser constatadas pelas desigualdades sociais em suas múltiplas expressões sociais, originadas pelo conflito entre o capital e o trabalho, como a exploração nas relações de trabalho, o não acesso a direitos, o desemprego e o subemprego, a baixa qualidade de vida, as diversas formas de violência, entre outras.

¹² “No início do século XXI, a soma da riqueza de 0,01% da população é equivalente ao que possuem 50% dos habitantes do planeta” (Cattani, 2003, p. 9-10).

em um mundo de privação, destituição e opressão preocupantes (Sen, 2000, p. 9).

O novo paradigma de desenvolvimento pode ser visto sobre o seguinte prisma: O “[...] desenvolvimento deve melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável)” (Franco, 2000, p. 36). Vale destacar a idéia de que desenvolvimento social significa desenvolvimento não-desigual que visa à inclusão social¹³ de todos os sujeitos (De Paula, 2001). Nesse contexto, o cooperativismo, através de experiências de economias populares e solidárias, se apresenta como uma alternativa de geração de trabalho e renda aos trabalhadores.

2 Economia Popular Solidária no Brasil

Almejando a superação das desigualdades sociais na sociedade, através da inclusão dos sujeitos, outras formas de economia alternativa, com pressupostos associativistas,¹⁴ foram suscitadas pela classe operária. Entre elas pode-se referir a Economia Popular, a Economia Solidária e a Economia Popular Solidária.

A Economia Popular é originada pelos próprios trabalhadores, não detentores dos meios de produção, diante das transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho e, principalmente, nos países periféricos, nas últimas décadas (Leboutte, 2003). Constituem empreendimentos de Economia Popular: clubes de troca, mercados populares, grupos de produção comunitária, associações, cooperativas etc. (Cattani, 2003).

Nesses empreendimentos populares, existem cinco características principais que os definem, quais sejam: são organizados por grupos pequenos e/ou familiares; surgem para o enfrentamento das dificuldades geradas pela questão social; constituem-se em soluções assistenciais e pela inserção em benefícios públicos ou privados; são iniciativas informais e

¹³ Plena concessão dos direitos sociais e superação da situação de miserabilidade, através da redistribuição de riquezas e/ou políticas públicas. Sua negação, ou seja, sua contradição remete-se à exclusão social.

¹⁴ “Um conjunto de práticas sociais datadas e localizadas historicamente, que propõe autonomia [...] qualificando a cooperação entre as pessoas, porque baseia essas práticas sociais na reciprocidade, na confiança, na pluralidade e no respeito mútuo” (Albuquerque, 2003, p. 15).

individuais; e, por último, normalmente são atividades não legalizadas, à margem das leis e normas sociais (Razeto, 1999). Assim, a Economia Popular preconiza organizações econômicas de caráter emergenciais e, em muitos casos, de economia informal, sendo criados pelas diferentes atividades e iniciativas que os setores populares (exclusos do mercado) tiveram que enfrentar para assegurar a sua subsistência e perseguir a satisfação de suas necessidades econômicas (Razeto, 1999).

Outro tipo de empreendimento econômico e social suscitado pelos trabalhadores, em busca de melhores condições de trabalho e vida, foi nomeado de Economia Solidária. Esta última é referida como um marco das relações socioeconômicas comunitárias, locais e em redes, que se expandem em diferentes regiões (Singer, 2000).

A Economia Solidária está em processo de criação contínuo pelos trabalhadores, em revolta ao capitalismo e surge através das próprias contradições e dicotomias do modo de produção (Singer, 2000).

A Economia Solidária [...] lança os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista, [...] permitirá [...] dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletiva (Singer, 1999, p. 138).

O conceito de Economia Solidária abrange uma realidade muito diversificada, feita de motivações e iniciativas com origens e naturezas distintas, peculiares a cada região e circunstância (Gaiger, 2000). É formada por empreendimentos em que a solidariedade, a cooperação, a partilha de conhecimentos e informações, entre os sujeitos, constituem-se em elementos norteadores dessas experiências (Razeto, 1997). “A noção de solidariedade surgiu na história econômica como reação à cultura do egoísmo, do individualismo [...] e tem inspirado movimentos sociais e laborais ao longo da história do capitalismo” (Arruda, 2003, p. 225).

A Economia Popular Solidária é oriunda “do conjunto concreto das experiências, atividades e organizações econômicas que se encontram na intersecção entre economia popular e economia solidária” (Razetto, 1999, p. 46). Ou seja, na Economia Popular Solidária, encontramos aspectos de solidariedade em empreendimentos organizados pela economia popular. Porém, nem toda economia popular é de solidariedade, e, para que seja caracterizada por Economia Popular e Solidária, é necessário que exista cooperação, ajuda mútua, ação coletiva e solidária entre os trabalhadores (Tiriba, 1997). No momento em que a Economia Solidária se viabiliza como uma

alternativa econômica das populações mais vulnerabilizadas, é definida como Economia Popular. Com esses aspectos, a Economia Popular Solidária se concretiza quando um determinado grupo de trabalhadores, em condições precárias ou excluídos do mercado de trabalho, se dispõem a organizar empreendimentos com princípios solidários, igualitários e democráticos nas relações de trabalho.

As experiências definidas como Economia Popular Solidária apresentam semelhanças. Entre elas, pode-se referir: (a) assim como na Economia Popular, a união desses dois tipos de economia, num mesmo empreendimento, são desenvolvidas pelos sujeitos mais vulnerabilizados e marginalizados da sociedade; (b) são experiências constituídas por pequenos grupos associativistas; (c) são grupos que possuem autonomia em relação às suas decisões, tarefas, atividades nos empreendimentos; (d) são concebidas por empreendimentos de produção e/ou consumo; (e) agregam atividades econômicas e de caráter social; (f) tendem a ser experiências autogestionárias e democráticas; (g) são iniciativas que implicam relações e valores solidários; (h) são experiências que não necessariamente se estruturam a partir de um único tipo de atividade, mas que se integram; (i) são experiências que tendem a se relacionar com outros empreendimentos, formando redes de trocas (Razeto, 1997). Na Economia Popular Solidária, pretende-se evidenciar os processos de trabalho e não a acumulação de riquezas pelo capital.

O cooperativismo e/ou associativismo na contemporaneidade é reconhecido como uma alternativa dos trabalhadores diante do processo de acumulação de capital, e pode ser também caracterizado como uma forma social diferenciada de produção. Os tipos de empreendimentos coletivos preponderantes à Economia Popular Solidária são as cooperativas e as associações de trabalho, produção e de serviço, que geram trabalho e renda. Essas cooperativas e associações trazem consigo os princípios de cooperação, democracia e autogestão.

A Lei nº 5.764/71, no Artigo 4º, define cooperativas como “sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (Nascimento, 2000, p. 133). Segundo essa mesma Lei, “compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público” (Nascimento, 2000, p. 132-133) e definem-se como atos cooperativos “os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais”

(Nascimento, 2000, p. 153). O combate à alienação, ao desemprego, às exclusões normalmente constituem os princípios ideológicos desses empreendimentos solidários. Quanto maior o número de empreendimentos cooperativados, maiores suas chances de sucesso (Singer, 1999).

Entretanto, comumente não são todas as cooperativas e associações que possuem essa racionalidade; há cooperativas que se fundamentam na lógica capitalista, inspiradas no acúmulo de capital. Nesse sentido, percebe-se que a criação desse tipo de cooperativas e associações foi facilitada pela Constituição Federal de 1988, quando foi permitida a livre associação, sendo que as mesmas não precisam mais passar por aprovação de Órgão Federal responsável para os seus funcionamentos (Nascimento, 2000).

Também se pode enfatizar que entre as cooperativas e associações existem algumas diferenciações. Nas cooperativas, os sócios são proprietários de quotas-partes, que devem ser corrigidas; são compostas por no mínimo vinte integrantes; a diretoria recebe remuneração, mediante pró-labore adicional, por assumir cargos com maiores responsabilidades; as sobras da cooperativa devem retornar aos sócios (Rech, 2000). Já, nas associações, o patrimônio é integralmente pertencente à associação e não aos associados; a associação é integrada por até vinte associados; caso haja sobras, na associação, devem ser aplicadas conforme os objetivos decididos por todos os integrantes que a compõem (Rech, 2000).

Pode-se classificar a natureza das cooperativas e associações, de acordo com as atividades que realizam, em três perfis diferentes: de distribuição (disponibilizam bens e serviços), de produção (comercializam a produção dos seus associados), de trabalho (agrupam sócios com uma mesma profissão e/ou características de trabalhadores, e vendem suas forças de trabalho) (Rech, 1991).

Em meio a esses três tipos de cooperativas e associações, existem diferentes modalidades que as conformam, quais sejam: de crédito¹⁵ (através da capitalização inicial, visa realizar empréstimos aos seus sócios, permitindo maior produtividade ou criação de uma nova atividade produtiva), de consumo (distribuem produtos e/ou serviços dos seus associados), agrárias (organizam as atividades econômicas e sociais de seus sócios, produtores rurais e constituem-se nas cooperativas mais comuns no Brasil), de trabalho (agrupamento e organização de trabalhadores de uma determinada profissão e/ou de profissões diferentes, objetivando vender suas forças de

¹⁵ “A cooperativa de crédito solidário tem sido definida como um instrumento de concessão de pequenos empréstimos, sem burocracia e sem formalidades, a empreendimentos populares de pequeno porte, com base no exame da potencialidade do negócio e do caráter do empreendedor” (Pinho, 2004, p. 8).

trabalho), de produção (os associados são proprietários por meio da apropriação do capital social e os associados trabalham no âmbito da cooperativa, desenvolvendo atividades produtivas conjuntamente), de pesca (agregação de pescadores que coletivamente comercializam o seu produto), habitacionais (existem três tipos de cooperativas/associações habitacionais: as de mutirão para construção de casas, de trabalhadores da construção civil, de financiamento para construção de casas), de eletrificação rural (agrupamento de sujeitos que produzem energia elétrica às suas propriedades) (Rech, 1991).

As práticas solidárias que materializam a Economia Popular Solidária são constituídas por: autogestão de empresas pelos trabalhadores, agricultura ecológica, consumo solidário, sistemas locais de emprego e comércio, sistemas locais de trocas, Rede Global de Trocas,¹⁶ Redes de Cooperação, organizações comunitárias, Sistemas de Microcrédito e de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Sistemas Locais de Moedas Sociais, movimentos sociais, assentamentos de trabalhadores rurais e sem-terra, autogestão de empresas falidas, prestações de serviços, cooperativas e associações de crédito, consumo, produção etc. (Mance, 2002).

¹⁶ Os Clubes de Troca, “inspirados nos princípios da Economia Solidária, surgiram na metade dos anos de 1980, quase simultaneamente no Canadá e na Argentina, como resposta ao desemprego e à recessão econômica. Baseiam-se na oferta e na troca de serviços e de bens de pessoas desempregadas e/ou sem ocupação, que não têm recursos, mas podem oferecer algo aos potenciais consumidores” (Pinho, 2004, p. 106).

Essas experiências coletivas recebem o apoio de políticas governamentais, de entidades e/ou organizações não-governamentais, que têm como preocupação central a inclusão social. Referente ao apoio da sociedade civil, em relação à Economia Solidária, destaca-se a Agência do Desenvolvimento Solidário (ADS),¹⁷ implementadora do Sistema ECOSOL (Economia Popular Solidária), que visa ao planejamento participativo de Cooperativas de Crédito da Economia Solidária. O Sistema ECOSOL está estruturado em três níveis: cooperativas singulares (cooperativas de crédito criadas para o desenvolvimento local, após sensibilização com a própria comunidade), bases de apoio (capacitação dos trabalhadores para a autogestão e esclarecimento sobre conselhos administrativos e fiscais) e cooperativa central (capacitação junto aos representantes da diretoria da cooperativa) (Pinho, 2004).

Pode-se referir, além da ADS, como instituições apoiadoras: os sindicatos, ANTEAG, universidades (através da UNITRABALHO¹⁸ e Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP), igrejas, CARITAS (Órgão de Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB), Movimento de Ação e Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida etc. (Singer, 2000).

Além do poder público, a ANTEAG, a CÁRITAS e as Incubadoras Universitárias vêm-se destacando no apoio à Economia Popular Solidária. Nesse sentido, pode-se referir que a ANTEAG surge como resposta dos trabalhadores ao processo de exclusão gerado pelo capitalismo (Singer, 1999). A Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) foi oficialmente constituída por empresas autogestionárias, e teve o seu primeiro encontro em maio de 1994 (Nakano, 2000). A ANTEAG tem como finalidade a difusão de conhecimento sobre os processos gerenciais, a serviço dos interesses dos trabalhadores; manutenção e geração de trabalho e renda, através de projetos

¹⁷ Foi “criada após amplos debates promovidos pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), desde a década de 1990, em parceria com a Unitrabalho e o Dieese. A ADS está articulada com várias outras entidades nacionais e regionais e conta com apoio de organismos de cooperação internacional. O objetivo principal da ADS é a geração de desenvolvimento solidário, ou seja, novas oportunidades de trabalho e renda em organizações, contribuindo para construção de alternativas ao desenvolvimento social sustentado e à educação permanente dos trabalhadores, mas respeitando suas diversidades étnicas, culturais, regionais, ambientais e de gênero. Em termos estruturais, a ADS conta com um escritório nacional e diversos escritórios regionais e estaduais” (Pinho, 2004, p. 72).

¹⁸ A UNITRABALHO foi “criada em 1995, objetiva desenvolver novos conhecimentos a partir do binômio da teoria-prática e do caráter empreendedor e associativo das cooperativas, para incluir na sociedade os segmentos sociais de baixo poder aquisitivo, orientando-os para a criação e a autogestão de seu próprio negócio” (Pinho, 2004, p. 310).

viáveis economicamente. Visa, ainda, propiciar a qualificação profissional; desenvolver a autonomia e ações solidárias entre os trabalhadores; legalizar as empresas autogestionárias ou de co-gestão participativa; viabilizar técnicas de gestão e representar as empresas autogestionárias.

No que se refere às Incubadoras Universitárias, podemos dizer que essas também objetivam a inserção de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho (desempregados ou inseridos na economia informal), bem como promovem através de cursos, assessoramento e capacitações aos trabalhadores, visando à organização popular e prospectando a articulação nacional de cooperativas.

Já a CARITAS (Organismo da Conferência dos Bispos no Brasil) possui um papel fundamental junto às experiências populares. Ela vem promovendo, nas últimas décadas, Projetos Alternativos Comunitários (PACs), com intuito de enfrentar as desigualdades geradas pelo capitalismo. O PAC é constituído por três tipos de projetos: projetos assistenciais (agem para atenuar o grau de miséria e propiciar condições básicas de sobrevivência dos sujeitos, tendo um caráter mais pontual e imediatista), projetos de promoção humana (almejam melhorar as condições de vida dos sujeitos, e geralmente se direcionam a atividades econômicas subsidiárias, não essenciais para a sobrevivência material dos trabalhadores, possuindo um aspecto político-social) e, por último, projetos alternativos (constituem iniciativas de geração de trabalho e renda, com dimensões de viabilidade econômica e continuidade, evidenciando a qualificação técnica e o planejamento de experiências populares) (Gaiger, 2000).

As dificuldades que estão sobrepostas aos empreendimentos de Economia Popular Solidária referem-se à inclusão de um grupo social, historicamente excluído do mundo do trabalho. Essa exclusão é manifestada pela falta de atividades laborativas e postos de trabalho aos trabalhadores, que lhes proporcionem a inserção neste mercado.

A Economia Popular Solidária pode ser considerada uma alternativa aos trabalhadores brasileiros a partir da década de 1990. Entretanto, por ora, existe somente para uma pequena quantidade de trabalhadores, comumente excluídos do mercado formal de trabalho. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB),¹⁹ em 2003, havia, no Brasil, quase oito mil cooperativas registradas e cerca de cinco milhões de associados. Isso significa apenas 3% da população brasileira. Para que existam experiências de Economia Popular Solidária, também

¹⁹ Criada pela Lei 5764/71 para representar as cooperativas no Brasil.

deveriam existir, além de uma ideologia, políticas governamentais voltadas para esses empreendimentos coletivos.

Seria interessante que as experiências de Economia Popular Solidária tivessem, desde o princípio, o apoio e o patrocínio do poder público (Singer, 1999). “A Lei nº 5.764/71[...] ao se referir à Política Nacional de Cooperativismo, é impositiva no seu art. 2º: [...] a ação do Poder Público se exercerá [...] mediante a prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas” (Nascimento, 2000, p. 52). A longevidade e durabilidade dessas experiências coletivas dependem de apoio de vínculos externos – políticas públicas, assessorias técnicas, informações mercadológicas etc. À Economia Popular Solidária faz-se necessário assegurar, a cada empreendimento, “um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil etc.” (Singer, 1999, p. 132).

Com a crise econômica e social decorrente da Terceira Revolução Industrial, com a falta de postos de trabalho, os governos, pressionados pelos trabalhadores, adotam políticas de desenvolvimento de economias regionais, com a finalidade de gerar novas oportunidades de geração de trabalho e renda, em empreendimentos populares e solidários (Giddens, 1991). É “dever do Estado a promoção de um processo público de inclusão social, sustentando e treinando os desempregados, financiando e assistindo as diversas maneiras a pequenas empresas ou comunidades de trabalho” (Singer, 1999, p. 63). Diante dessa demanda, a Economia Popular Solidária adentrou na agenda pública brasileira, constituindo-se, no limiar do século XXI, em uma política pública de inserção produtiva.

2.1 Programa de Economia Solidária

No Estado do Rio Grande do Sul, durante o governo Olívio Dutra (1998-2002), houve a implementação de um programa designado de Economia Popular e Solidária. Esse Programa era direcionado para o fomento e a criação de empresas interligadas em redes e voltadas para a autogestão de empreendimentos populares. O Programa foi integrado à Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI) e contou com a parceria de outras organizações, entre elas, a ANTEAG, com técnicos conveniados. A política relacionada à

Economia Popular e Solidária já estava sendo implementada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, servindo de exemplo ao Governo do Olívio Dutra, integrante do mesmo partido²⁰ (Leboutte, 2003).

O Governo Olívio Dutra implementou o Programa de Economia Popular e Solidária, pois acreditava que “há um potencial implícito no processo da Economia Popular Solidária em promover uma relação qualificada, econômica, financeira, mercantil e social com outros empreendimentos autogestionários” (Leboutte, 2003, p. 55). Nesse sentido, através do Programa, foram criadas feiras de Economia Solidária no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando integrar essas experiências populares e autogestionárias. À medida que o Governo Municipal de Porto Alegre serviu de modelo ao Governo Estadual do Rio Grande do Sul, este último colaborou e contribuiu com o Governo Lula, em relação à criação da política pública, acerca do cooperativismo e da Economia Solidária (Leboutte, 2003).

Segundo os dados coletados pela PED-IBGE²¹ (Pesquisa de Emprego e Desemprego), em dezembro de 2002, um mês antes da posse do Governo Lula, a Região Metropolitana de São Paulo possuía 19% de sua população economicamente ativa desempregada; na Região Metropolitana de Porto Alegre, os índices de desemprego correspondiam a 15,3%; na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a 20,0%; na Região Metropolitana de Recife, a 20,3%; no Distrito Federal, a 20,7% e na Região Metropolitana de Salvador, havia o maior índice de desemprego, em torno de 27,3 %.²²

Atualmente, constata-se um pequeno decréscimo nos índices de desemprego, apesar de o mesmo ainda ser muito elevado no país. Novamente, de acordo com a PED-IBGE, a Região Metropolitana de São Paulo possui 17,5% de sua população economicamente ativa desempregada (dados para abril de 2005); na Região Metropolitana de Porto Alegre, os índices de desemprego correspondem a 14,7% (abril de 2005), na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a 18,7% (abril de 2005); na Região Metropolitana de Recife, a 23,3% (abril de 2005); no Distrito Federal, a 20,3% (março de 2005) e na Região Metropolitana de Salvador, ainda há o maior índice de desemprego, em torno de 25,7% (abril de 2005).

²⁰ Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1979 e era caracterizado por representar a oposição política do país. Desde 2003 é o atual governo, tendo como Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

²¹ A PED é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente desde 1984, na Região Metropolitana de São Paulo. Através de parcerias com órgãos públicos locais, a pesquisa atualmente é realizada em outras Regiões Metropolitanas: além de São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Distrito Federal.

²² Esses dados são referentes à média entre mulheres e homens desempregados.

No que se refere ao desemprego feminino, esse último é sempre superior ao masculino.²³ Como exemplo disso, podemos citar a capital gaúcha, que, no mês de abril de 2005, alcançou 14,7% de desemprego na média geral, sendo que, deste índice, 18,6% do desemprego é feminino e 14,7%, é masculino. Esses dados são representativos da diferença existente de desemprego, entre mulheres e homens, que no mês de março de 2005 chegou a 7%. Esses índices se repetem, nas demais capitais do país e, provavelmente, nos municípios do interior.

Com o alarmante desemprego e, conseqüentemente, com a desigualdade social, desde 2003, o Governo do Presidente Lula, através da Lei n° 10.683 e do Decreto n° 4.764 (Brasil, 2003), tornou a Economia Solidária integrante da agenda pública brasileira. Segundo dados do IBGE,²⁴ em 2003, atuavam no mercado informal de trabalho, 13.860.868 trabalhadores, sendo que desses, 69% eram autônomos; 10% empregadores; 10% empregados sem carteira assinada; 6% trabalhadores com carteira assinada e 5% não-remunerados.

O Governo Federal, com o objetivo de fortalecer e promover empreendimentos solidários e econômicos, visando absorver os trabalhadores não incluídos no mercado formal de trabalho e/ou excluídos socialmente, criou, no Ministério do Trabalho e Emprego,²⁵ a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), inaugurada em junho de 2003. O SENAES tem como finalidade: dimensionar e dar visibilidade aos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil;²⁶ qualificar os sujeitos envolvidos com a implementação das políticas públicas direcionadas à Economia Solidária e autogestão; promover as experiências de Economia Solidária junto a empreendimentos de autogestão; facilitar o intercâmbio de experiências e reflexões acerca de Economia Solidária; contribuir para a organização e autogestão na geração de trabalho e renda aos trabalhadores. O SENAES é resultado do movimento de Economia Solidária no Brasil (Economia Solidária em Desenvolvimento, 2003).

Dentro da SENAES existe o Programa de Economia Solidária, que objetiva fortalecer as experiências de Economia Solidária, como estratégia de enfrentamento ao desemprego e a

²³ Isso se deve a uma herança histórica de preconceito de gênero (patriarcado), mas que não obtém a centralidade desse estudo de mestrado.

²⁴ Acessado em 21/05/05.

²⁵ O economista Paul Singer é o atual secretário do Ministério do Trabalho e Emprego.

²⁶ Através do Programa de Mapeamento de Economia Solidária, cada Delegacia Regional do Trabalho – órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego – deve coordenar nos seus respectivos Estados, a identificação e cadastramento de empreendimentos de Economia Solidária. Atualmente, é esse Programa que está sendo executado nos Estados, pois para poder intervir junto a empreendimentos coletivos e solidários, faz-se necessário um mapeamento.

exclusão social, através do Plano Nacional de Qualificação (PNQ). O Plano Nacional de Qualificação é política pública criada para orientar e elaborar planos, projetos, estratégias, ações promovedoras e qualificadoras, voltadas ao fortalecimento da Economia Solidária no País. Pelo PNQ, a Economia Solidária pode ser vista como uma alternativa aos trabalhadores desempregados, como uma forma de auto-emprego coletivo (Termo de Referência em Economia Solidária, 2005).

O PNQ, juntamente com o Programa de Economia Solidária objetivam realizar atividades de fortalecimento e constituir políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da Economia Solidária, tendo como características a participação popular, a promoção e a articulação dos gestores de políticas públicas de Economia Solidária, a realização de atividades que promovam a sistematização e avaliação de políticas públicas de Economia Solidária e fortalecimento de programas governamentais (municipais e estaduais) (Termo de Referência em Economia Solidária, 2005).

Para a implementação dessas ações político-pedagógicas, será estabelecida uma metodologia que valoriza os saberes populares, as culturas populares, que respeite as diversidades sociais e peculiaridades das realidades regionais; um projeto pedagógico que tenha como temáticas centrais o trabalho e a cidadania dos trabalhadores; um assessoramento que envolva as dimensões técnico-científicas, sociopolíticas, metodológicas e ético-culturais (Termo de Referência em Economia Solidária, 2005). Nessa política pública, PNQ, pretende-se dividir com as demais esferas governamentais (Estados e Municípios) as ações de Economia Solidária, assim como ocorre com as demais políticas setoriais.

Outra medida implantada com a Lei N° 10.683 foi à criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Esse conselho tem como finalidade estabelecer relações com as demais esferas governamentais, propor diretrizes e políticas em relação à Economia Solidária, ser um espaço de troca, um agregador de parcerias, de encontro e interlocução entre os representantes do Estado, dos trabalhadores e do capital (Economia Solidária em Desenvolvimento, 2003). Os conselhos, assim como a política pública, em sua totalidade, estão em fase de implementação, ou seja, ainda não foram instituídos formalmente no País, Estados²⁷ e Municípios.

²⁷ Atualmente, no Estado do Rio Grande do Sul, esse programa também está em fase de implementação.

Considerações finais

Os desafios que estão postos aos empreendimentos de Economia Solidária são a inclusão de grupos sociais excluídos do mundo do trabalho, sem atividades laborativas, de modo a lhes proporcionar alternativas para o alcance de uma sobrevivência mais digna, com a respectiva geração de trabalho e renda. Esses empreendimentos coletivos estão direcionados comumente, para a organização de pequenas estruturas produtivas e populares, cuja motivação inicial está relacionada ao aumento da renda familiar.

A Economia Popular Solidária pode ser uma das alternativas à crise do mercado de trabalho brasileiro, no início do século XX e limiar do século XXI, porém, até então, somente para uma minoria de trabalhadores. São poucos os sujeitos que estão direcionados a uma economia que valorize os pressupostos de solidariedade, igualdade, democracia e autogestão. Portanto, ressalta-se, nesse estudo, a importância da existência de políticas públicas que estimulem e assessorem essas experiências, tanto financeiramente, quanto profissionalmente, através de profissionais capacitados. Esses empreendimentos enfrentam desafios, como qualquer outra atividade, porém, através da união de seus integrantes, em torno de objetivos comuns, as experiências que integram a Economia Popular Solidária conseguem constituir-se como alternativa para a melhoria da qualidade de vida desses sujeitos.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed., São Paulo: Cortez, 1995.
- . *Os Sentidos do Trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- ARRUDA, Marcos. *Humanizar o Infra-Humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária*. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Política Social no Capitalismo Tardio*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- CASTEL, Robert. *Desigualdade e Questão Social*. São Paulo: EDUC, 1997.
- CATTANI, Antonio David. *Trabalho & Autonomia*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1996.
- CATTANI, Antonio David (Org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- . (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. *Pesquisa de Emprego e Desemprego das Regiões Metropolitanas* (ano de 2002). [Http://www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br). Acesso em 21 de maio de 2005.

———. *Pesquisa de Emprego e Desemprego das Regiões Metropolitanas* (março de 2005). [Http://www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br). Acesso em 21 de maio de 2005.

DE PAULA, J. Desenvolvimento e gestão compartilhada. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária / Governo Federal / Ritz, 2001.

DRUCK, M. G. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*. Um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.

E19. *Economia solidária em desenvolvimento*. – Brasília: TEM, SENAES, 2003.

FRANCO, A. *Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável*. Brasília: MILLENNIM, 2000.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GADOTTI, M; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GAIGER, L.I. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In.: SINGER, P., SOUZA, A. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 267-286.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Trad. A. U.Sobral e M. S. Gonçalves. 8 ed. São Paulo: Loyola, 1999.

IAMAMOTO, Marilda. Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.

LEBOUTTE, Paulo. *Economia popular solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.

MANCIE, Euclides. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1.

MATTOSO, J. E. L. *A desordem no trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. *Cooperativismo como uma alternativa de mudança: uma abordagem normativa*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NETO, H. A. *trabalho infantil: a formação da criança-jornaleira de Porto Alegre*. Canoas: Editora da Ulbra, 2002.

PINHO, Diva Benevides. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.

PIRES, D. *Reestruturação produtiva e trabalho em saúde no Brasil*. São Paulo: Conferência Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CUT; Annablume, 1998.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. Proposta, 75: 91-99, dezembro/fevereiro de 1997.

RECH, Daniel. *Cooperativas*. Uma onda legal. Rio de Janeiro, 1991. (Coleção Socializando o Conhecimento, 8)

———. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REIS, Carlos Nelson dos. Exclusão social: a multidimensionalidade de uma definição. In: DESAULNIERS, J.; MENDES, J. M. (Orgs.). *Textos & Contextos: perspectivas da produção do conhecimento em Serviço Social*. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2002, p. 123-140.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

———. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1999.

SITE: www.Ibge.gov.br. Acessado em 21 de maio de 2005.

T319. Termo de Referência em Economia Solidária: Plano Nacional de Qualificação 2003-2007. – Brasília: TEM, SENAES, 2005.